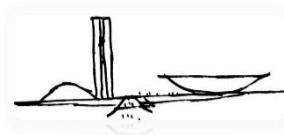


Pauta Congressista da Confederação Nacional de Municípios, contendo as principais matérias de interesse da Entidade, referente a semana do dia 28 de maio a 1º de junho de 2018.



PLENÁRIO/ DATA: 29/5/2018, ÀS 13H

ITEM 3 – PL 1202/2007 (Regulamentação do Lobby). Ementa: Disciplina a atividade de "lobby" e a atuação dos grupos de pressão ou de interesse e assemelhados no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, e dá outras providências.

Autor: Deputado Carlos Zarattini (PT-SP).

Posicionamento: Aprovar.

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA/ DATA: 29/5/2018, ÀS 10h, Plenário 14

ITEM 7 – PL 2116/2011 (Iluminação Pública). Ementa: Altera a Lei nº 5.655, de 20 de maio de 1971, que "dispõe sobre a remuneração legal do investimento dos concessionários de serviços públicos de energia elétrica, e dá outras providências.

Autor: Deputado Leopoldo Meyer (PSB-PR).

Relator: Deputado Delegado Edson Moreira (PR-MG).

Posicionamento: Aprovar.

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO/ DATA: 29/5/2018, ÀS 10h, PLENÁRIO 6

ITEM 6 – PL 1504/2015 (Segurança Pública). Ementa: Modifica a Lei n.º 12.858, de 2013, alterando o artigo 1º, caput e §3º do artigo 2º da lei em questão, para acrescentar a área de segurança pública na participação do resultado ou da compensação financeira pela exploração do petróleo e gás natural, visando atender a disposição contida no art. 144 da Constituição Federal; altera a Lei. Nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989; e dá outras providências.

Autor: Deputado Silas Freire (PODE-PI).

Relator: Deputado Aluísio Mendes (PODE-MA).

Posicionamento: Rejeitar. A segurança pública, por ser de competência União, não cabe aos Municípios retirar recursos da educação provindos dos royalties do petróleo para assumir encargos dessa natureza.

COMISSÃO ESPECIAL/ DATA: 29/05/2018, ÀS 10h, PLENÁRIO 4

Tema: Teto Remuneratório.

Discussão e votação do Parecer do relator, deputado Rubens Bueno.

Posicionamento: Aprovar, com atenção às emendas apresentadas pela CNM.

COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÕES/ DATA: 29/05/2018, ÀS 10H, PLENÁRIO 4

Tema: Reunião restrita aos membros da Comissão para debater o Substitutivo do Relator ao PL 1292/95.

Posicionamento: Aprovar.

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA/ DATA: 29/5/2018, ÀS 12h, PLENÁRIO 7

ITEM 8 – PL 5699/2009 (Incentivo Fiscal). Ementa: Dispõe sobre o incentivo para médicos e odontólogos atuarem em municípios com população de até vinte mil habitantes e dá outras providências.

Autor: Deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB-PR).

Relatora: Deputada Geovânia de Sá (PSDB-SC).

Posicionamento: Rejeitar. A Área Técnica da Saúde da CNM, entendendo que a maior demanda dos gestores municipais do SUS está relacionada ao sub-financiamento, e, que a proposta cria mais uma fragmentação na Política de Valorização de Recursos Humanos do SUS, além de fomentar a fragilização do ente municipal quanto às formas de contratação, regime único de pessoal e plano de cargos, carreiras e salários próprios, é desfavorável ao PL ora apresentado.

COMISSÃO ESPECIAL – FUNDEB PERMANENTE/ DATA: 29/5/2018, ÀS 14h30, PLENÁRIO 9

Audiência Pública

Tema: "Discussão da proposta de substitutivo à PEC nº 15 de 2015: análise do texto e sugestões para o seu aprimoramento".

Convidados:

- Aléssio Costa Lima - Presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação – UNDIME;

- **Mariza Abreu - Representante da Confederação Nacional de Municípios (CNM)** - (REQ. 3/16);

- Frederico da Costa Amâncio - Representante Conselho Nacional dos Secretários de Educação – CONSED.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, DE JUSTIÇA E DE CIDADANIA/ DATA: 30/5/2018, ÀS 9h, PLENÁRIO 1

ITEM 23 – PL 1655/2011 (Salário-Educação). Ementa: Altera o § 1º do art. 15 da Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996, para dispor sobre a distribuição nacional dos recursos do salário-educação.

Autora: Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM-TO).

Relator: Deputado Felipe Maia (DEM-RN).

Posicionamento: Aprovar.

**COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL/ DATA: 30/5/2018, ÀS 10h,
PLENÁRIO 2**

ITEM 1 – PLP 404/2014 (Licenciamento Ambiental). Ementa: Altera a Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011, para assegurar a participação do ente federativo impactado no licenciamento ambiental de competência da União.

Autor: Deputado Arnaldo Jordy (PPS-PA).

Relator: Deputado Roberto Balestra (PP-GO).

Posicionamento: Aprovar.

ITEM 8 – PL 2800/2015 (Código Florestal). Ementa: Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa, estabelecendo normas para a manutenção de imóveis residenciais e comerciais em Áreas de Preservação Permanente localizadas em perímetros urbanos.

Autor: Deputado Alceu Moreira (PMDB-RS).

Deputado Nilto Tatto (PT-SP).

Posicionamento: Aprovar parecer pela REJEIÇÃO. A CNM entende que o PL 2800/2015 está ultrapassado, pois a matéria está regulada pelo Código Florestal, a partir de alteração feita pela Medida Provisória 759/2016. Ademais, a Confederação entende que, também é bastante prejudicial, pois é incoerente que imóveis de tamanhas proporções causem impacto ambiental baixo ou nulo, especialmente quando situados em APPs, que são áreas protegidas por serem ambientalmente importantes e sensíveis.

Ademais, a matéria contraria outras legislações que regem dispositivos e interesses municipais. Logo, a Confederação é contrária ao PL 2800/2015.



COMISSÃO DE INFRAESTRUTURA/ DATA: 29/5/2018, ÀS 9h, PLENÁRIO 13

ITEM 8 – PLS 795/2015 (Econômico-Minas e Energia). Ementa: Determina o compartilhamento de postes pelas prestadoras de serviço público com os municípios, define os circuitos de iluminação pública como parte integrante de sistemas de distribuição e institui diretrizes para o serviço de iluminação pública; e altera a Lei nº 10.295, de 17 de outubro de 2001, para instituir diretrizes para o uso racional de energia elétrica pelo serviço de iluminação pública.

Autora: Senadora Marta Suplicy (MDB-SP).

Relatora: Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM).

Posicionamento: Aprovar.

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS/ DATA: 30/5/2018, ÀS 9h, Plenário 9

ITEM 3 – PLS 304/2016 (Econômico-Planejamento e Orçamento). Ementa: Altera a Lei nº 7.560, de 19 de dezembro de 1986, para destinar aos Municípios no mínimo 70% dos recursos do Fundo Nacional Antidrogas.

Autor: Senador José Agripino (DEM-RN) e outros.

Relatora: Senadora Ângela Portela (PDT-RR).

Posicionamento: Aprovar.